

## **Satélite brasileiro em parceria com China sofre com barreiras dos EUA**

### **Física**

Enviado por: [\\_tatiane\\_valeria@seed.pr.gov.br](mailto:_tatiane_valeria@seed.pr.gov.br)

Postado em: 25/10/2007

Uma linha de satélites produzidos por uma parceria entre o Brasil e a China está sendo emperrada por barreiras de exportação impostas pelos Estados Unidos, informa o jornal "Folha de S.Paulo". Saiba mais...

Uma linha de satélites produzidos por uma parceria entre o Brasil e a China está sendo emperrada por barreiras de exportação impostas pelos Estados Unidos, informa o jornal "Folha de S.Paulo". Duas empresas brasileiras que produzem peças para os satélites 3 e 4 da linha Cbers (sigla inglesa de "Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres") não estão conseguindo trazer componentes cruciais dos EUA, porque os americanos se sentem ameaçados pelo crescimento da China na área espacial. Os satélites Cbers (pronuncia-se "cibers") não poderiam ser mais pacíficos: seu objetivo é simplesmente obter imagens da Terra que possam ajudar no monitoramento ambiental, como o de destamamento e queimadas. O problema, no entanto, é que o programa espacial chinês também tem objetivos militares, o que dá aos Estados Unidos um argumento para barrar a saída de tecnologias americanas para o projeto sino-brasileiro. Eles alegam que os chineses poderiam usá-las também para fins bélicos. A vertente brasileira do projeto Cbers, que já lançou três satélites produzidos em parceria com a China, está sendo coordenada pelo Inpe - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Como é de praxe em projetos desse tipo, o Inpe passou a um grupo de empresas nacionais a responsabilidade de fabricar peças dos satélites. Duas delas, a Mectron, com sede em São José dos Campos (SP), e a Opto, de São Carlos (SP), não conseguiram comprar equipamentos americanos recentemente. No caso da Opto, responsável pela câmera do Cbers-3, houve o cancelamento de um contrato de US\$ 45 mil com a empresa californiana IR. O componente em questão, um conversor de corrente, chegou a ser pago, mas não pôde embarcar para o Brasil. "O departamento jurídico (da IR) disse ao nosso contato lá que, se ele exportasse, poderia pegar nove anos de cadeia e multa de US\$ 1 milhão", afirmou ao jornal paulistano Mario Stefani, diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Opto. Com isso, houve um atraso de seis meses no projeto, apesar da devolução do dinheiro aos brasileiros. Para tentar evitar atrasos maiores no Cbers-3, o Inpe está buscando fornecedores alternativos, principalmente na Europa. Em artigo, o diretor do instituto, Gilberto Câmara, disse esperar que as regras americanas de exportação de produtos de tecnologia sensível sejam relaxadas diante do caráter civil do Cbers. A Embaixada dos EUA, no entanto, diz que as leis sobre uso dual (civil e militar) já existem há muito tempo, e que elas não impediriam a cooperação científica. (Globo Online) Fonte: Ambiente Brasil - Portal Ambiental